Mercado e iniciativa privada na União Soviética

Moisés Wagner Franciscon
Universidade Federal do Paraná
Peabiru - PR

Resumo: O funcionamento concreto da economia e sociedade soviéticas foi obscurecido gradualmente no Ocidente com discursos eminentemente políticos e ideológicos, que obtiveram apelo não só nos meios de comunicação como também na academia, como bem demonstra as teses sobre o totalitarismo de Hanna Arendt ou de Zbigniew Brzezinski. Com a desaparição do sistema, perdeu-se a condição de colocá-lo à prova, ou de se negar mais veementemente a visão totalitarista de um controle total do Estado. Todavia, sempre existiu na URSS espaço, maior ou menor, oficial ou não, para o mercado, o consumo, a iniciativa privada, que permitiam o funcionamento da economia centralizada e estatal. Outro pressuposto ideológico acaba por ser derrubado com essa averiguação simples: a de que maior liberdade econômica gera naturalmente maior eficiência e produção.

Palavras-chave: Descentralização. Segunda economia. Socialismo real.

Abstract: The concrete functioning of the Soviet economy and society was gradually obscured in the West with eminently political and ideological discourses, which had appeal not only in the media but also in the gym, well exemplified by the theses on totalitarianism Hanna Arendt or Zbigniew Brzezinski. With the disappearance of the system, lost the condition of putting it to the test, or to deny most strongly the totalitarian vision of total control of the state. However, has always existed in the USSR space, more or less, official or otherwise, for the market, consumption, private enterprise, allowing the operation of the centralized state economy. Another ideological assumption turns out to be tipped with this simple inquiry: that greater economic freedom generates naturally higher efficiency and production.

Keywords: Decentralization. Second economy. Real socialism.

Introdução

A proposição imanente da teoria liberal pressupõe que o funcionamento de uma economia é melhor quanto mais desregulamentado é o seu funcionamento. A observação prática, no entanto, indica o contrário.

A URSS, ao contrário da literatura vulgar e da propaganda emitida pelos meios de comunicação e grupos políticos, não apresentou apenas um

único sistema econômico, forjado por Stalin, nos anos de 1930. Ou mesmo antes, como uma continuidade do estatismo, centralismo e igualitarismo plenos do comunismo de guerra imposto durante a Guerra Civil, entre 1918 e 1921. O socialismo real não teve apenas uma face. Pelo contrário, o sistema passou por tantas transformações que faz mais sentido em falar em fases, ou mesmo, segundo Moshe Lewin (2007) de sistemas diferentes se sobrepondo.

A primeira experiência de incentivo à iniciativa individual ocorreu com o fim do comunismo de guerra, de seus cupons de racionamento, da igualdade total de salários e com o retorno do uso do dinheiro, com a implantação da NEP por Lenin, e o incentivo do pequeno negócio particular e do investimento externo. O comunismo de guerra não conseguiu fazer o mercado desaparecer. Bens, como relógios, poderiam ser trocados por comida; as feiras livres não desapareceram. O mercado negro sobreviveu e prosperou nas sombras. Com Stalin, se a política econômica de união do capital privado e estatal foi abandonada, surgiram novas formas de incentivar o trabalho individual. Inicialmente, em 1930-33, buscou-se o incentivo moral, destacando a importância do trabalho dos técnicos. Criaram-se honrarias e uma profusão de medalhas e prêmios. Em seguida, optou-se por estímulo material. Os salários foram diferenciados mais profundamente que antes, de acordo com a função. Surgiu o stakanovismo, uma política de bônus extras em dinheiro, e tão ou mais importante, o primeiro lugar na fila, o que garantia a obtenção de produtos, que poderia não ocorrer com aqueles do fim da fila. Para se tornar um stakanovista, os trabalhadores precisavam se inscrever e tentar superar as cotas de produção. Durante a Segunda Guerra, medidas liberalizantes foram tomadas no campo, com o aumento do tamanho dos lotes privados, cuja produção era livremente vendida nas feiras pelos camponeses. Assim que a guerra terminou, no entanto, essa política de maior iniciativa no uso da terra foi abolida, voltando os lotes particulares ao tamanho anterior. Ao criar uma aparência de economia totalmente estatal e centralizada, o modelo stalinista encorpava e incorporava a segunda economia dos pequenos negócios particulares, em que não havia serviços estatais ou era necessária uma segunda fonte de renda, extraída nas horas fora do trabalho nas indústrias estatais.

Nas décadas subsequentes, apesar de tentativas de retrocesso, existiu uma propensão para o alargamento do mercado e da iniciativa privada, tanto no espaço legal quanto no informal ou ilegal.

Kruschev e a introdução de mecanismos capitalistas no sistema socialista

A primeira grande experiência de reforma e desregulamentação central que o país conheceu ocorreu com as reformas promovidas pelo então secretário-geral do Partido Comunista da URSS (PCUS) Nikita Kruschev. O crescimento econômico do país após a Segunda Guerra Mundial fora ligeiramente inferior ao presenciado nos anos de 1930. Em parte, pode-se explicar isso por ser mais difícil reconstruir plantas industriais arrasadas do que simplesmente erguê-las onde nada existia antes e podia-se operar livremente. Mais do que esse leve declínio, foram os desequilíbrios da economia soviética que levaram Kruschev a reformá-la, de forma a liberalizá-la. Tais desequilíbrios eram a supremacia dos investimentos na indústria pesada, de bens de capital, militar e energética, e no relativo abandono da agricultura destinada ao consumo interno, da habitação, dos bens de consumo duráveis e não duráveis. Assim, a URSS já dispunha dos foguetes R7, que levariam o homem ao espaço, de um arsenal atômico, de comandos aéreos estratégicos nucleares para dissuadir o mesmo aparato americano, além de forças militares estacionadas na Europa sob sua influência, muito superiores às ocidentais, presentes na esfera de influência anglo-americana europeia. Por outro lado a população soviética se via sem lares, com a fraca atividade da construção civil em face da destruição de cidades inteiras, e, em alguns pontos isolados do país, também famintas. Como o relato de Volkogonov (2008) sobre as províncias do Pacífico. Transferir o foco do investimento produtivo soviético dos bens de capital para os bens de consumo, de hidrelétricas para apartamentos, não poderia ser realizada apenas com os ministérios, fixos em Moscou. Esse tipo de atividade requeria alguma orientação a partir das bases, localista. Assim, sem abrir mão do estatismo, Kruschev destruiu o sistema centralizador. "O Comitê Central decidiu que não era mais possível administrar 200 mil empresas e 100 mil construções espalhadas por todo o país a partir dos escritórios ministeriais em Moscou." (LEWIN, 2007, p.274). O plano quinquenal de 1955-60 foi elaborado não apenas pela junta especifica e restrita dos economistas do Gosplan, mas sim com a participação de diretores de indústrias, das lideranças republicanas e locais do PCUS, de chefes de sindicatos.

> Ampliaram-se os poderes dos governos das repúblicas sobre as empresas nos seus territórios. Também foram alargados os poderes dos diretores de empresa. Foi lançado um ousado e polêmico plano de ocupação agrícola de milhões de hectares de terras

virgens, sobretudo para o cultivo de milho. A principal reforma, no entanto, veio em 1957 com a abolição dos ministérios centrais, que eram os condutores da economia até então, e sua substituição por 105 conselhos econômicos regionais. Em seguida, adotou-se uma medida que havia sido explicitamente criticada por Stalin no seu livro sobre a economia da URSS de 1952 – as Estações de Máquinas e Tratores (EMT) foram desfeitas e seu equipamento vendido às fazendas coletivas. A partir destas mudanças, o Sexto Plano Quinquenal, aprovado no XX Congresso do PCUS, foi suspenso e trocado por outro, de sete anos (o sétimo, cobrindo o período de 1958 a 1965).

Essas mudanças não chegaram a gestar um 'modelo' alternativo de desenvolvimento para a economia soviética, mas removeram um elemento chave na cadeia de comando no modelo afirmado nos anos 30 (os ministérios centrais). O resultado foi uma 'febre' de localismo (*mestnichestvo*) na direção econômica, que impedia o desenvolvimento articulado da economia como um todo. Os índices de crescimento econômico caíram. A média anual do Sétimo Plano ficou em 6,5%, mas com uma queda acentuada justamente nos últimos anos – 8% em 59, 7,4% em 60, 6,9% em 61, 5,6% em 62 e 3,8% em 64. Isto, por sua vez, foi enfrentado pela liderança soviética com o recrudescimento de medidas punitivas e repressivas na economia, chegando ao ponto de introduzir, em maio de 1961, a pena de morte por crimes econômicos. (FERNANDES, 1991, p.126).

Fernandes usa os dados concebidos pela ONU sobre o crescimento econômico soviético. Lewin usa os dados soviéticos reapurados. Lembra que os conselhos econômicos regionais, ou *sovnarkhozy*, foram aglutinados e reduzidos de 105 para 43, em 1962. (LEWIN, 2007, p.275). A reestruturação teria ainda finalidades políticas. As autoridades locais do partido e do Estado, ao contrário dos ministros em Moscou, seriam pressionadas pela opinião pública, que estariam sempre informados do que acontecia sob seus olhos, na própria região. A opinião pública seria fator de lisura e eficiência. Ele percebe a construção de um novo sistema econômico nesse momento. O stalinista teria o primado da centralização absoluta, do uso de mão de obra escrava dos *gulags*, da supremacia absoluta dos bens de capital e da indústria pesada, do ataque a toda iniciativa particular que não pudesse ser camuflada no submundo da segunda economia, não reconhecida e dada como inexistente na URSS, oficialmente. Os ministérios nunca voltaram a recuperar todo o seu poder, apesar de serem reempossados em Moscou pelo sucessor de Kruschev, Leonid Brejnev. O *gulag* foi fechado, sobrevivendo apenas prisões agrícolas ou extrativistas, quase totalmente preenchidas por bêbados e criminosos comuns. Apesar dos gastos militares voltarem a subir com Brejnev, em especial nos anos 1980, nunca a indústria leve e de bens de

consumo foi desconsiderada. A propriedade privada liberada ou devolvida por Kruschev foi mantida, como os aluguéis privados de casas e apartamentos, ou até a lei que dividia tesouros enterrados por czaristas – o que não foi muito raro nos tempos da Revolução de Outubro – entre particulares e o Estado. O mercado negro e a segunda economia tornaram-se menos ocultos.

Entretanto, a tentativa de romper com o departamentismo – o caos econômico criado por cada ministério ao manejar seu ramo da economia (agricultura, energia, panificação...) sem se articular com os demais, freando o crescimento econômico e desequilibrando a economia, por meio da descentralização e maior liberdade na tomada de decisões, não criou uma economia mais eficiente. Apenas reproduziu os problemas em bases locais, em cada república e região administrativa. Cada região da URSS, ao formular seu próprio plano econômico, passou a abandonar a divisão regional do trabalho e especialização produtiva que caracterizavam o espaço econômico soviético. Ao invés de manter sua produção em um campo principal, e assim aprimorar a produção, tentavam suprir a falta de produtos criando autarquias, tentando desenvolver ao mesmo tempo o maior número de atividades produtivas dispares em seu território

> A intenção de descentralizar e democratizar o gerenciamento da economia era boa, mas os *sovnarkhozy* mostraram-se incapazes de assegurar a necessária especialização em termos de departamento, onde ocorre o essencial desenvolvimento tecnológico. Priorizaram as relações com as empresas nas suas regiões, negligenciando os problemas transversais peculiares aos departamentos. (LEWIN, 2007, p.275).

A liberalização regional não dera certo. Ao mesmo tempo, Kruschev tomou decisões que restringiam o mercado: ao aumentar os incentivos salariais e o preço pago pelo Estado pelos produtos agrícolas, e sem receber o retorno esperado em produção, suprimiu as áreas de cultivo particulares, das quais os kolkozianos retiravam boa parte de sua renda, vendendo essa produção em feiras onde vigorava não a tabela de preços oficiais mas o livre mercado. Se o habitante urbano viu sua liberdade de escolha enquanto consumidor crescer, com o incremento de novos produtos – inclusive a Coca-Cola, por meio de *joint-ventures* estabelecidas pelos conglomerados ocidentais em conjunto com empresas soviéticas autorizadas e capitalizadas pelo governo – o agricultor viu tolhida a sua autonomia ainda mais. A relação de ordens entre administradores superiores e inferiores foi substituída por uma espécie de negociação:

> O processo de tomada de decisões, daí por diante, tornou-se ‘burocratizado’ – quer dizer, não assumia a forma de ordens categóricas, mas de um complexo processo de negociação-coordenação (*soglasovyvanie*) entre os principais líderes políticos e agências administrativas. Esse novo *modus operandi* já existia em muitos aspectos. (LEWIN, 2007, p.269).

A liberalização de Kruschev criou novos desequilíbrios que ele não esperava. A meritocracia produtiva que estabeleceu para a promoção dos diretores de empresas e cooperativas fez com que estes construíssem redes de corrupção para fraudar os livros contábeis. Assim, os empregados poderiam receber parte dos salários em produtos da empresa e assim que os recebessem, os revendessem para a mesma empresa em que trabalham. Essa mercadoria entregue e recebida novamente era computada mais uma vez como produção. Outro expediente foi o esgotamento dos meios para o incremento da produção. Por exemplo, fazendas de gado abateram suas matrizes para obter mais carne no ano. Porém ficaram sem essas cabeças reprodutoras para renovar o rebanho no ano seguinte. Quando estes esquemas ruíram, em 1961-62, ocorreram vários casos de suicídios entre os envolvidos. O desejo de aumentar rapidamente a produção também levou a escolhas erradas, incentivadas pelo próprio regime. A crença no potencial humano levava as autoridades soviéticas a discordar da genética. Ao invés desta, experimentos com híbridos e aclimatações foram o foco de investimentos do desenvolvimento de cultivares agrícolas. A promessa de cultivares de milho e trigo que aguentariam o frio do país levou os diretores de cooperativas e fazendas estatais a usá-los em larga escala. Tais plantações foram destrocadas pelo clima em 1963, levando o povo a formar filas para comprar pão e a URSS a importar cereal do Canadá, Argentina e dos Estados Unidos.

Outra medida desburocratizante e liberalizante de Kruschev foi a extinção de agências e departamentos de controle industriais e agropecuários, agora unidos num só organismo industrial-agrícola-pecuário. A fusão de empresas tão dispares ao invés de racionalizar as relações entre fornecedores de matérias primas e produtos finais levou confusão e queda na eficiência.

As reformas liberalizantes de Kossigyn

A insatisfação com a política econômica, externa (com um certo gosto de derrota em alguns setores que acreditavam ser possível obter dos americanos mais com a retirada dos mísseis de Cuba do que a promessa americana de não invadir a ilha caribenha e retirar seus mísseis da fronteira

soviética na Turquia) e de quadros (que previa a alternância de poder entre os membros do partido, do Estado e da administração) levou ao seu afastamento em 1964. Uma aliança ampla de vários setores da vida soviética, encabeçada por Brejnev, tomou o seu lugar. Um dos setores da aliança era o ministerial, cujos componentes se viram livres da vida de província ao serem removidos de volta para a capital do país. Os 141 ministérios econômicos centrais entretanto não obtiveram todo o poder dos tempos de Stalin.

O primeiro ministro e presidente do conselho de ministros, Alexey Kossigyn, implementou um conjunto de reformas graduais. Durante a primeira metade dos anos 1960 os economistas soviéticos mantiveram um amplo debate sobre o papel do plano e dos ministérios econômicos, das ordens para a organização e execução do trabalho, da importância do lucro e do mercado, da natureza das punições e dos prêmios aos trabalhadores, capatazes, diretores, da tecnologia e do pleno emprego, etc[1].

1. ampliação da autonomia e iniciativa das empresas, tanto na elaboração dos planos, quanto na sua execução;
2. introdução da autonomia financeira integral das empresas e ampliação dos seus direitos nesta base;
3. reforço e ampliação dos contratos econômicos entre as empresas;
4. estabelecimento do lucro como critério central para determinar a eficiência empresarial (tornando-se, portanto, o principal objetivo da produção das empresas) junto com o reforço de outras 'alavancas econômicas' como o preço, o crédito, os salários, os prêmios, os pagamentos-rendas, etc.;

1 Kossigyn protegeu as discussões no meio acadêmico e as publicações de revistas especializadas na área econômica. O que se viu foram temas 'subversivos' trazidos à baila por Kantorovich, Liberman, Nemchinov, Faltsman, etc. O Gossnab, Comitê Estatal para Suprimentos Materiais e Técnicos, que organizava a distribuição e a entrega de matéria prima, maquinaria e produtos finais para as empresas (que contava com duas agências de preços e saldos, uma para compra e outra para venda), era vista pelos economistas não como um fator de racionalidade econômica, mas sim de irracionalidade e ineficiência ao tentar substituir o mercado para o abastecimento das fabricas e fazendas. Que oferecer a estas o capital para investimentos sem custos significava criar escassez de capital, já que reduziam a quantidade desse para aplicá-los em negócios sem rendimento seguro. Assim a alta taxa de investimento, ao contrário das economias capitalistas, levaria à desaceleração econômica e não ao incremento do crescimento. Que o Estado, ao se encarregar da gestão econômica ao invés de deixá-la às forças econômicas locais gerava mais problemas que soluções (LEWIN, 2007, p.307-309). Liberman ainda sugeriu liberdade de salários e de preços (TODD, 1977, p.121). Com a glasnost os economistas soviéticos passaram a falar abertamente no desemprego como sanção negativa e fator de aumento da produtividade. Mas as sugestões apareceram ainda nos anos 1970. Segundo Todd, isso expressa uma forma de pensar burguesa antikeynesiana entre os economistas da URSS (1977, p.95).

5. reforço e ampliação dos poderes dos diretores de empresa (inclusive na determinação de cortes de mão de obra visando o aumento da eficiência econômica), com diminuição do número e volume de índices determinados pelas 'instâncias superiores'.

A nova reforma aboliu, também, a distribuição gratuita e centralizada de meios de produção e fundos de investimento, substituída pelo financiamento das compras e dos investimentos das empresas. Ampliou-se a parcela dos lucros a ser retida pelas próprias empresas para reinvestimento. Foi feito um reajuste geral nos preços, para que estes refletissem de forma mais precisa os custos de produção. (FERNANDES, 1991, p.147).

Ocorreu um aumento das relações mercantis dentro da URSS, entre suas empresas e suas repúblicas, mas não em bases monetárias, e sim pelo escambo. O Comitê Estatal de Preços tentava recriar a função do mercado na fixação dos preços promovendo reuniões com compradores, pesquisas de opinião, etc. As empresas deveriam usufruir da sua autonomia para aplicar seus lucros na absorção de tecnologia e criação de novos produtos. No entanto, esses lucros que viraram concretamente investimento não superavam os 20% da taxa de investimento da URSS (FERNANDES, 1991, p.148). Desse modo o investimento na URSS dependia fundamentalmente da ação e financiamento dos bancos estatais. Ainda assim surgiam problemas, como a diferença entre o capital investido e a taxa de retorno produtivo. Como demonstra Todd (1977, p.106), apesar da alta taxa de investimento, a economia soviética começou a patinar nos anos 1970.

As repúblicas e regiões administrativas perderam o papel de chefes econômicos. Porém a descentralização continuou com leis que aumentaram a autonomia dos diretores de empresas. A liberdade econômica passou das lideranças políticas centrais para as locais, no tempo de Kruschev. E agora passavam das lideranças políticas locais para os gerentes empresariais locais. O resultado da reforma de 1965 foi o retorno das boas taxas de crescimento econômico, por algum tempo.

Causas da estagnação e última tentativa de reforma sob Brejnev

Com a maior liberdade de ação, os dirigentes das empresas começaram a criar o que se chamou de economia subterrânea ou economia cinzenta. Ao poderem negociar trabalhadores, matérias primas, fornecedores, maquinário, estocagem, modernização, etc., começaram a movimentar materiais e produtos entre si de um modo que os ministérios em Moscou não

podiam mais acompanhar e fiscalizar. A figura de atravessadores, a serviço das companhias soviéticas em busca de materiais, técnicos, etc., ganhou relevo. E com eles, uma ampla gama de formas de corrupção[2]. Tudo isso acabou desaguando no principal meio de fornecimento de mercadorias para o mercado negro: o desvio dos produtos, saindo do que era essa economia cinzenta, considerada inadequada mas não ilegal, para o campo do crime econômico. Para que o esquema diversionista frente aos ministérios funcionasse melhor era importante para os diretores e atravessadores contarem com o apoio de figurões do partido em Moscou e nas Repúblicas. Assim surgiram as máfias do algodão no Uzbequistão e dos cítricos no Cáucaso – uma rede de conexões que integrava, entre outros, parentes de Brejnev que eram chefes partidários no Uzbequistão.

A partir dos anos 1970 a economia soviética enfrentou mais uma vez a desaceleração, até decair na estagnação, no crescimento zero ou próximo dele, no fim desta década. Kossigyn apresentou uma última rodada de reformas em 1979.

> Esta se voltava para o estabelecimento de uma vinculação mais direta entre os incentivos materiais e o desempenho econômico; para o aumento da proporção dos bens de consumo produzidos; e para o 'aperfeiçoamento' do planejamento centralizado, com base nos 'conglomerados industriais' (em vez das empresas) como organismos principais de execução e contabilidade. O movimento, portanto, foi para o reforço dos órgãos econômicos centrais. (FERNANDES, 1991, p.149).

A economia soviética era organizada ao redor de grandes trustes horizontais, que controlavam e muitas vezes monopolizavam a produção de uma linha de mercadorias. Estabelecer a vigilância dos ministérios sobre os grandes trustes e não sobre empresas menores disseminadas era um fator de racionalização dos esforços centrais. Quando essas empresas

---

2 O atravessador, ou *tolkachi* ('empreendedores') tornaram-se tão importantes para essa economia ao mesmo tempo centralizada e descentralizada que o *Gossnab* mantinha vagas oficiais para eles. As reclamações contra o *Gossnab* por atraso ou falta de entrega de materiais para as empresas eram comuns. Esse ministério precisava encontrar todos os muitos milhares de bens e componentes para cumprir com o plano, e para encontrá-los utilizava a figura do *tolkachi*. Este fazia parte das comitivas dos gerentes para Moscou (um custo de 600 milhões de rublos anuais), ou auxiliava-os a montar banquetes para receber os fornecedores encontrados por ele, e assim estreitar os laços de relações e compromissos, como também desfrutar das benesses do que se chamou burocracia móvel – todas com recursos do Estado. Esses banquetes eram o local preferido para acordos sobre desvio de materiais e subornos. O *Gossnab*, que deveria substituir centralmente o mercado, acabava criando descentralização e nichos de mercado no submundo da economia cinzenta (LEWIN, 2007, p.430-438). Grandes corporações capitalistas não deixam de praticar redes de interesse e corrupção similares.

puderam reinverter seus lucros e aplicar parte dos investimentos do sistema financeiro estatal da forma como melhor encontrassem, gerou a formação de trustes verticais. Controlar todas as fases da produção, como matérias-primas, significava um importante fator para a conclusão da meta produtiva quantitativa estipulada pelo plano. A empresa não enfrentaria a falta ocasional de insumos e nem a prática de estocagem preventiva – que, por si só, estimulava a carência de insumos e a irregularidade de seu fornecimento. Quando multinacionais foram autorizadas a se estabelecer de maneira direta na URSS, e não mais pela criação de *joint-ventures* novas, esse foi o modelo comumente adotado. Como o McDonald`s, que possuía desde as fazendas para produção de ração para o gado a ser abatido, como frigoríficos e os restaurantes da franquia.

Após 1968 e a Primavera de Praga, os políticos soviéticos ficaram intimidados por políticas descentralizadoras e que concediam maior autonomia empresarial. Quando Kossigyn apresentou novas propostas de reformas, elas foram implementadas sem afinco, caindo em desuso logo em seguida. Quando as empresas entravam em choque pela falta de cumprimento de contratos de entregas, preços e qualidade, primeiro relatavam aos ministérios. A morosidade destes também levava os diretores a pedir o socorro dos líderes locais do partido – que poderiam levar a questão ao Politburo, o grupo de quinze homens que de fato governava a URSS. Assim, uma mesma questão poderia resultar em duas ações diferentes e embargantes – uma oriunda dos ministérios e outra do partido. Kagarlitsky (1993, p.38-40) aponta para a constituição de uma economia de comando sem comando, sem um verdadeiro centro, o que gerava a anarquia econômica. Questões como o preço do sal acabaram sendo decididas no Politburo. Suas reformas feriam interesses[3].

3 Seu principal objetivo era reduzir a sobrecarga dos indicadores de planejamento central – um sistema tentacular, difícil de coordenar – e introduzir novos incentivos, a partir da base, especialmente através de fundos disponíveis para premiar gerentes e trabalhadores por bons resultados ou inovações tecnológicas. O método foi primeiramente experimentado em um limitado número de fábricas. Depois, quando proporcionou resultados encorajadores, estendeu-se a um número maior de empresas e departamentos. Todavia, rapidamente surgiram obstáculos que só poderiam ser superados com medidas de apoio ao rompimento com as estruturas existentes. Isso abriria caminho para uma ‘desburocratização’ e alteraria a relação entre os indicadores do plano (uma verdadeira camisa de força) e os incentivos materiais dentro das unidades de produção e entre os consumidores. Os críticos conservadores estavam certos quando diziam que isso teria transformado o sistema [...]. Mas a dinâmica política precisava pressionar pelo que faltava. Os opositores de Kossigyn conseguiram asfixiar a reforma, sem mesmo ter que proclamar isso abertamente. (LEWIN, 2007, p.279).

No âmbito do COMECON, o bloco econômico comunista, a URSS começou a pressionar seus satélites para a adoção das reformas liberalizantes de Kossigyn. A Romênia, a Hungria e a Polônia foram além dela, estimulando o turismo ocidental, criando grandes dívidas externas com banqueiros dos países capitalistas, descoletivizando o que havia se formado de granjas e cooperativas. Os resultados foram mistos, como demonstra Alec Nove (1989, p.231). A Hungria foi um exemplo da eficiência do socialismo de mercado, ou socialismo *goulash*, como ficou conhecido no início dos anos 1970. A Polônia, o exemplo do seu fracasso. A Romênia, do seu refluxo. Todos os três casos acabaram entrando em crise devido à divida externa em dólares nos anos 1980: desastrosa no caso da Romênia e da Polônia durante toda a década, mas que eclodiu na Romênia apenas em 1989.

A Alemanha Oriental, orgulhosa do desempenho de sua economia centralizada e de ordens, foi o país em que a URSS enfrentou os maiores problemas para se impor. Mesmo assim os governos de Ulbricht e de seu sucessor Honecker, acenando para os soviéticos com a reforma, a implementaram ao seu modo. As empresas estatais continuaram amplamente dependentes do plano e dos ministérios, podendo ser severamente punidas caso não cumprissem as ordens centrais. Ao mesmo tempo o setor privado foi incentivado, com a permissão da criação do *status* de trabalhador individual e autônomo. Muitos operários e técnicos da construção civil aderiram a essa fórmula, prestando serviços para a construção de casas privadas ou mesmo para o Estado. Centralização estatal e liberdade individual permitiram à pequena república de 17 milhões de habitantes fortalecer sua posição econômica, a ter o mesmo IDH da Itália – apesar de inferior ao de sua vizinha, Alemanha Ocidental.

O mercado de trabalho e o mercado negro

Ao se falar do mercado de trabalho soviético torna-se necessário falar também do mercado negro ou da segunda economia, a economia cinzenta ou das sombras[4] (*tevenaia ekonomika*) segundo os soviéticos, já que o principal foco de mercado de trabalho estava em áreas concentradas no submundo econômico.

4 Lewin traça as diferentes definições do termo: "Para alguns, compreende todas as atividades econômicas que não estão incluídas nas estatísticas oficiais ou todas as formas de atividade economica conduzidas para o lucro pessoal, que desrespeitam as leis existentes. Outros (acadêmicos ocidentais) veem nela uma 'economia secundária' ou um 'mercado paralelo'. Entretanto, como a linha que divide as atividades legais das ilegais é frequentemente difícil de ser traçada, alguns incluem todas as atividades aceitáveis na prática, mas que não pertencem à economia oficial. Assim, a 'economia secundária' de Grossman abrange atividades comuns no bloco oriental e na Europa Ocidental, como o cultivo de um

> Como os salários perdem seu poder de compra, a população é forçada a encontrar outras fontes de renda, levando muitos a se engajarem em alguma atividade adicional, além de seus empregos regulares no Estado. Os especialistas que tentaram avaliar a extensão da economia da sombra, nos anos 1960-90, estimam que se multiplicou 18 vezes nesse período: um terço do total na agricultura, um outro terço no comércio e no setor de alimentos, e o último terço na indústria e na construção. No caso dos serviços, as principais atividades eram reparos domésticos e de automóveis, além de serviços médicos privados e educação em casa. (LEWIN, 2007, p.441).

Essa economia 'tenebrosa', que também existe no capitalismo, poderia ser desenvolvida na garagem de casa, nas ruas, dentro das fábricas, hospitais, etc. Poderia inclusive degenerar em *na levo*, jeitinho, ou o *blatnoi*, suborno para o funcionário realizar suas funções de maneira mais rápida ou com melhor qualidade: o pagamento extra ao taxista, ao garçom que obtém da cozinha um produto em falta, etc. Como, em última análise, todos na URSS eram funcionários, a extensão desse expediente era ampla.

O contrabando, também como no capitalismo, era importante fonte de receitas para o setor sombrio. Dentro das malas dos turistas estrangeiros ou da fatia da população soviética que possuía o direito de viajar para além do Mar Negro ou dos demais países socialistas nas férias, chegavam produtos inexistentes nas lojas como videocassetes, fitas e discos de alguns estilos musicais ocidentais (por exemplo, o punk), etc., ou de produtos existentes na URSS mas com o atrativo de terem qualidade superior, ou ser a última palavra em tecnologia no ocidente. Se a bagagem era intensamente fiscalizada, ainda assim sobrava o expediente de se usar vários jeans de grife ocidentais sobrepostos. O contrabando em pequena escala representava apenas uma fatia ínfima da atividade. Além de diminuto em capacidade de carga, as autoridades soviéticas nos aeroportos eram rígidas

---

lote privado ou a venda de sua produção nos mercados do *kolkhoz* – atividades legais na URSS, mas que podiam algumas vezes estar ligadas à práticas ilegais. A situação era similarmente ambígua na construção: materiais de construção de origem duvidosa, propinas, uso ilícito de transporte estatal, ajuda a cidadãos ou chefes influentes para construir suas casas ou *dachas*. O mesmo se aplica aos trabalhos de reparos realizados por indivíduos ou equipes: isso podia ser legal, semilegal ou ilegal (as duas últimas categorias, pertencendo à 'economia das sombras'). O peculiar do fenômeno é que envolvia a circulação de bens e serviços legais em mercados ilegais. As fontes e o caráter dos 'acordos' eram semilegais ou ilegais. Esses mercados semilegais forneciam serviços, que não eram declarados para fim de taxação [...], Bem como uma permuta entre empresas em busca de maneiras para maquiar seu fracasso, em termos das metas fixadas pelos planos. A esfera ilegal, nada ambígua, incluía a venda de todo tipo de bens escassos [...] e mercadorias ilegalmente produzidas ou roubadas", entrando ai fraudes como pessoas mortas em listas de pagamentos, desvios de materiais de construção para a constituição de fábricas ilegais – às vezes dentro de fábricas oficiais. (LEWIN, 2007, p.440-441).

e atuantes. Assim a maior parte do contrabando chegava ao país por meio de funcionários aduaneiros corrompidos, nos portos[5].

Em 1960, 10% da mão-de-obra do país estava envolvida com a economia cinzenta. Em 1980, mais de 1/5, ou 30 milhões de trabalhadores. Alguns setores eram severamente atingidos, como o da construção civil, no qual até 50% dos trabalhadores faziam serviços extraoficiais, muitas vezes com ferramentas e materiais do Estado. Porém, na década de 1970, 90% das autoridades que toleravam ou se aproveitavam dessas práticas sequer foram advertidas. Em geral os trabalhadores se dedicavam à economia cinzenta em seu tempo livre. Entretanto, um dia com atraso ou de baixa produtividade no trabalho remunerado pelo Estado era um dia com maior tempo ou mais energias para o segundo trabalho extraoficial (LEWIN, 2007, p.442-444). Todd tenta explicar o aumento da proporção de soviéticos que participavam da economia cinzenta. Segundo ele o valor baixo do pagamento das empresas estatais aos trabalhadores impunha que procurassem uma segunda fonte de renda para sobreviver. Como em um sistema feudal ou asiático, o Estado funcionaria como uma entidade tributadora em espécie e não monetária, através do trabalho não pago. Como um senhor de escravos ou barão, a produtividade obtida dos servos era baixa e declinante – a menos que se usasse de força. Assim, na época de Stalin a segunda economia era controlada pela intensa repressão e fiscalização dos trabalhadores. Sem o terror, após sua morte em 1953, o único elemento de emulação ao trabalho era o aumento dos salários. Kruschev fez isso e manteve a situação. Com o estancamento da economia e a falta de capital para investimento (inclusive pelo aumento dos salários), Brejnev não pôde reajustar salários, e a migração para a segunda economia aumentou. (TODD, 1977, p.86-87). Entretanto, para Poch-de-Feliu (2003), Brejnev conseguiu aumentar o padrão real de vida do soviético ao manter os subsídios e preços tabelados, apesar da inflação oficial e a real, sensível no mercado negro, gerando a melhor época já desfrutada pelo povo da antiga URSS. Para Lewin, foi o crescimento dessa segunda economia, privada, que ampliou a renda do soviético, mas também reduziu a produtividade

5 A droga teve penetração escassa no Leste – talvez com a exceção da Hungria (TODD, 1977) – até a segunda metade dos anos 1980. Com a virtual lei seca imposta por Gorbachev em 1985-86, o ópio e a heroína passaram a ser o substituto para a vodka em falta, encontrando uma fronteira muito mais permeável no Afeganistão e nas repúblicas muçulmanas da Ásia Central. A tentativa de acabar com o mercado de bebidas alcoólicas surtiu resultados ainda mais negativos do que os do alcoolismo, e mudou a percepção de Gorbachev sobre o significado do livre mercado. (FERREIRA, 1990).

da economia oficial, estatal, colocando o Estado na rota das reformas que destruíram o sistema e levariam o povo soviético ao caos e fome dos anos 1990. (LEWIN, 2007, p.446-447).

A economia cinzenta teria um segundo impacto sobre o setor estatal – o da apropriação não apenas de ferramentas para serviços privados ou o desvio de mercadorias para o mercado negro. Também levaria a uma confusão da propriedade estatal com a privada por parte de alguns agentes, em especial os gerentes de lojas. "O que estava envolvido era, por um lado, o gerenciamento privado do capital social das empresas estatais; e, de outro, a apropriação privada dos produtos daquele capital" (LEWIN, 2007, p.449). Ser membro do partido não significava muita coisa. Era mais uma formalidade. Não significava implicações ideológicas. O que realmente importava era a teia de relações pessoais e de *blatnoi* lubrificando as engrenagens da corrupção e da indiferença. Assim, existe uma ligação entre o sistema estatal descentralizado e a posterior privatização legal empreendida por Gorbachev e Yeltsin. (LEWIN, 2007, p.448-450).

O mercado de mão de obra não existia apenas no mundo da economia subterrânea, dos pequenos negócios particulares, mas também no mundo concreto dentro do sistema de absorção de trabalhadores no mundo oficial das empresas estatais. Muitos autores não conseguem admitir a existência de um mercado de mão de obra às claras no mundo soviético. Mesmo entre aqueles que evocam suas relações com o capital financeiro internacional e privado. (FERNANDES, 1991).

Lewin lembra o contrário. Após a morte de Stalin e a consolidação da urbanização e da educação secundária e universitária em amplas parcelas da população (a ponto da URSS ter possuído o maior número de cientistas do mundo nos anos 1960-80), as taxas de natalidade, antes das mais elevadas da Europa, declinaram para uma das mais baixas – acompanhando a evolução estrondosa dos dois indicadores de urbanização e educação. A variação da entrada de novos trabalhadores foi de 2,6 milhões para 1961-65, 4,6 milhões para 1966-70, 6,3 milhões para 1971-75 e apenas 4,6 milhões para 1976-80. Cidades como Moscou e Leningrado apresentavam índices de mortalidade maiores que os de natalidade – em 1966 a natalidade, em Moscou, era de apenas 2,2 por mil. As reservas de mão de obra acabaram. Em 1960 1/5 da população trabalhava apenas em casa ou nas hortas privadas, mas em 1970 apenas 8%. Idosos sempre foram admitidos no trabalho oficial, como complemento à aposentadoria, mas

sempre em trabalhos mais formais que reais: guardar balanças para pesagem e patins em praças públicas, agasalhos e chapéus em fábricas, chaves em hotéis, etc. Mas entre 1960 e 1980 seu número subiu de 1,9 milhão para 2,5. A república russa sofria ainda a sangria populacional para outras repúblicas, com clima mais agradável, maior tolerância ao trabalho individual, ou capitais com maior conforto e melhores serviços. Regiões com falta de mão de obra como a Sibéria, repleta de novas cidades industriais e jazidas imensas, expeliam população ao invés de absorvê-la. Os passaportes internos foram extintos junto com Stalin. Porém resistiram os registros feitos à autoridade local para mudança de cidade, região, república. Como se tratava de um direito, por mais que desejassem direcionar o fluxo de imigração para a Sibéria, com incentivos como salários maiores, ainda assim precisavam se conformar com o fluxo para grandes centros com excedente de mão de obra. Nessas metrópoles os trabalhadores continuavam a ser bem-vindos. Diretores poderiam fazer reservas de operários como faziam estocagem de materiais para cumprir os planos. Assim parte dos trabalhadores poderia ficar ociosa até serem chamados em outros turnos a fim de atingir a cota de produção programada. Parte da força de trabalho na Ásia Central era subempregada, como demonstravam os subúrbios de Frunze ou Tashkent. Burocratas e técnicos poderiam fazer-se valer de sua rede de contatos para obter cargos. Nos anos 1960 já não havia abundância de funcionários e os diretores se esforçavam para manter os seus. Faltas graves eram atenuadas. Incentivos eram liberados apesar da produção não atingir as metas. A luta entre diretores, por funcionários, permitiu a estes criarem seu próprio mercado de trabalho, votando com os pés pelos melhores empregos, diretores mais amigáveis ou melhores locais de trabalho. O que se viu foi uma forte migração interna, que criou regiões multiétnicas como Baku, o litoral do Mar Negro (já fortemente diverso por sua história) ou o Báltico. (LEWIN, 2007, p.407-416).

O espaço para a livre iniciativa

A imagem formulada pela propaganda anticomunista de políticos e da mídia que afirma que o sistema entrou em colapso por não aceitar o mercado é falsa. Enquanto o modelo centralista e estatal era forjado sob Stalin, uma ampla gama de produtos e serviços não era objeto de qualquer empreendimento do Plano Quinquenal. Quem quisesse cadarços para os sapatos, consertar relógios, encanamentos, comprar móveis para a casa,

cortar o cabelo, tinha que recorrer à iniciativa privada, que monopolizava essas atividades em razão da ausência do Estado. Os soviéticos não deixaram de fazer a barba pela falta de lâminas. Emergiu uma ampla gama de negócios particulares, em base individual ou familiar, não oficiais e que não eram reconhecidos pelo Estado. Toda a indústria moveleira da época era particular. Todas as empresas de conserto de móveis na URSS continuaram a ser de soviéticos que trabalhavam nos fins de semana até a elaboração da Lei do Trabalho Individual, de primeiro de maio de 1986.

Com o tempo essa segunda economia dos negócios particulares encontrou uma grande variedade de oportunidades: feiras livres de venda de trocas de produtos, de móveis, de carros, de usados em geral. Ou de produtos de reposição dificilmente encontrados, como limpadores de para-brisa. Até *samizdat*, a literatura clandestina, vendia-se na URSS por obra de particulares – cuja segurança caminhava na mesma direção em que os livros à venda fossem inofensivos. Todd (1977, p.86) afirma que essa segunda economia era tão grande quanto a economia oficial.

Todd mantém uma postura contraditória quanto a esse espaço. Ao mesmo tempo em que enfatiza seu tamanho e importância vital para o funcionamento da economia estatal, comportando-se como o outro lado de uma mesma moeda, afirma não existir a possibilidade de sua expressão frente ao estatismo e centralismo, delírios burocráticos. Escreve linhas abaixo:

> Os russos pagam muito caro em nível de vida a conservação do seu império e a satisfação do seu orgulho nacional [...]. Para um caucasiano ou um báltico, os russos são espartanos nada desembaraçados e particularmente explorados. Comparativamente, as repúblicas federadas são países felizes, de confortável nível de vida, onde o automóvel fez a sua aparição, porque há mais veículos individuais em Tbilissi [...], capital da Geórgia, do que em Moscou, capital da União, e que, ainda assim, é privilegia relativamente à província russa.
>
> Certas repúblicas, sobretudo as caucasianas, são mal controladas pela polícia [...]. Também na Geórgia se encontra, portanto, a inevitável associação da liberdade com o carro.
>
> Nas regiões meridionais da União, na Moldávia, no sul da Ucrânia, nas repúblicas do Cáucaso, a agricultura já está virtualmente descoletivizada: os camponeses do mar Negro vendem livremente, na Rússia, os produtos dos seus pomares. O seu espírito empresarial é proverbial, chegando ao ponto de fretar aviões para venderem os seus frutos nos mercados de Moscou [...].

> A República Socialista Soviética da Rússia possuía todas as características do estalinismo econômico puro. As repúblicas não estão mais do que parcialmente libertas dele: o seu nível de vida é mais elevado do que na Rússia, a agricultura está muitas vezes descoletivizada de fato, se não de direito. Mas o poder soviético continua a lutar pela apropriação de, pelo menos, uma parte da mais-valia local, como demonstram os incessantes processos 'econômicos' nas repúblicas periféricas. As indústrias locais, ao contrário da agricultura, continuam no seu conjunto sob o controle do Estado central, mas a fraude antiestatal atinge, aí, níveis recordes [...]. A solidez global do sistema repousa sobre a passividade e o nacionalismo do povo russo, que financia as despesas militares e suporta a completa ineficácia econômica do comunismo puro. No seu estado de equilíbrio atual, o sistema esgota o seu centro. (TODD, 1977, p.128).

O autor confere não só espaço econômico para a atuação do mercado e da iniciativa particular como indica espaços físicos privilegiados para eles, Para em seguida negá-los. Talvez seja necessário para reforçar sua tese do fracasso econômico soviético – que é inegável para o fim dos anos 1970, mas insustentável para antes disso[6].

Para Fernandes (1991), a existência de mecanismos capitalistas e socialistas na URSS levou ao bloqueio mútuo de ambas as direções possíveis – de retorno ao capitalismo ou de avanço para o socialismo – até o momento que uma nova direção política resolveu impor o sacrifico ao país para atingir seus objetivos.

A sociedade de consumo

Pode parecer um descabimento falar em sociedade de consumo na terra das filas. Mas após Stalin, o padrão de consumo soviético mudou. Além disso, parte das filas era causada não pela falta de produtos[7] mas pelos

6 "Os países do 'bloco soviético' experimentaram, desde os anos 60, uma série de reformas econômicas que visavam acentuar o papel da concorrência nas suas economias. Mas estas reformas tenderam a enfatizar, unilateralmente, a incorporação de mecanismos de estímulo do mercado (como a transformação do 'lucro' na meta da produção das empresas) sem adotar os mecanismos mais punitivos da concorrência (como o recurso à 'falência' para punir uma gestão empresarial ineficiente). As reformas também tenderam a ter seus impactos mitigados pela persistência de um alto grau de planificação estatal centralizada e da estatização do grosso das forças produtivas. Assim, persistiam obstáculos para o pleno desenvolvimento de uma economia capitalista na União Soviética, ainda que 'encoberta' pela estatização global das forças produtivas." (FERNANDES, 1991, p.257-258).

7 Ao menos não para os produtos essenciais. Após 1947, o país viu o fim dos cartões de racionamento. Estes foram vistos com pouca frequência até 1989, com a desestruturação produtiva provocada pela *perestroika*. Ocorreram racionamentos de pão no inverno de 1963-64 e em 1979. A imagem das filas, tão marteladas pela visão ocidental, concebem o consumidor soviético como passivo. O produto em falta numa loja poderia sobrar em outra, na mesma cidade, em decorrência dos erros do ministério do abastecimento. E os soviéticos costumavam andar muito para encontrar o que queriam: poderiam vir do campo para a capital regional, comumente mais abastecida, para fazer suas compras. Se recebia um bilhete com o lugar de espera na fila para um produto e a data prevista, não raramente acabava

métodos de gerenciamento dos estabelecimentos comerciais, ainda seguindo o velho método de atendentes, como em uma mercearia. O surgimento dos supermercados, nos anos 1980, diminuíram as filas, já que cada consumidor poderia ir até a prateleira escolher o que desejava. O efeito negativo para a economia foi o fortalecimento da tendência de estocagem entre a população. As distorções na economia soviética significavam a existência de uma produção de bens com pouca procura, e que não enfrentavam fila, como outros que sempre estavam em falta, como carne bovina.

Em alguns países, como a Alemanha Oriental, o uso de marcas pelos produtos era um procedimento universal. Era possível escolher os produtos considerados de melhor qualidade pela opinião – e renda – do público. Havia marcas populares de café, conservas e de bens de consumo que existem ainda hoje. Na URSS, essa era uma prática bem menos comum. Pneus, por exemplo, não possuíam marcas. Saiam das fábricas sem qualquer indicador da procedência que fosse acessível ao consumidor. Este desenvolveu métodos próprios para hierarquizar sua preferência. Ainda no caso dos pneus, sinais como linhas laterais, pequenos detalhes, podiam demonstrar quem era o fabricante, podendo o soviético opinar pelo melhor produto.

Todd reconhece a sociedade de consumo para os casos húngaro, tchecoslovaco, alemão oriental ou polonês. Mas se nega a reconhecer o mesmo na URSS. A ideologia centralizadora, que justificava a forma da propriedade, o poder e a natureza do campo político, baseava-se numa ilusão, sustentada porque alguns setores eram de fato centralizados, como o de bens de produção. Não se pode negociar trilhos de trem, tanques, altos-fornos ou megawatts na feira livre. Já a produção de bens de consumo facilmente sairia fora do poder do partido, dos ministérios, do *Gossnab*.

> A URSS não é um mundo de transistores, de *gadgets*, de televisores, de blue-jeans e de automóveis. É preciso considerar que qualquer desenvolvimento da produção de objetos de consumo individual desenvolveria na URSS, o setor do mercado negro, livre ou paralelo. O sistema soviético não se pode empenhar no rumo de uma sociedade de consumo porque tal implicaria um crescimento automático do setor livre à custa do setor centralizado (TODD, 1977, p.89).

Mercado e consumo significariam igualmente a possibilidade de escolha, a manifestação da individualidade por fazer uma opção e não outra, o que desaguaria, inevitavelmente, numa nova consciência e no clamor de democracia política.

---

recebendo em casa o aviso da chegada da mercadoria antes do prazo (CHERNYSHOVA, 2013, p.90). As filas às vezes eram inevitáveis. Como qualquer um que frequente bancos conhece bem.

> Não haverá sociedade de consumo no quadro do atual sistema social da URSS, porque o consumo de massa contém, em germe, a anarquia [...]. Sabe-se que uma alta do nível de vida numa sociedade pobre tem por efeito uma desestabilização das mentalidades tradicionais, porque o nível de aspiração dos indivíduos progride mais rapidamente do que seu nível de vida. As revoluções tendem a produzir-se nestas fases iniciais de enriquecimento [...]. O automóvel é um fator de libertação e uma garantia de liberdade [...]. O automóvel, uma vez ao alcance das massas, constitui um problema à polícia, tanto na URSS como em qualquer outro lado. (TODD, 1977, p.90-92).

É a velha tese de que liberdade econômica – ao menos de alguns – leva à liberdade política. O que os regimes de Pinochet e da China, a partir de Deng, mostraram ser falso. A própria explosão de consumo na era Kruschev não levou ao colapso do sistema ou ao clamor por uma democracia liberal burguesa. Pelo contrário, alguns setores manifestaram-se contra a abertura, pedindo um retrocesso. Ocorreram greves por isso. Enquanto isso a vida privada era restabelecida com o fim da construção de *kommunalkas*, as casas coletivas em que diversas famílias moravam sem privacidade, dividindo refeitório e cozinha, substituídas por uma avalanche de edifícios de apartamentos familiares; pela possibilidade de se vestir à ocidental[8], como a chegada das meias de náilon para as soviéticas; com a possibilidade real do trabalhador comum passar suas férias na Crimeia; de se alimentar bem, mesmo que a safra sofresse um desastre; de adquirir um instrumento musical para tocar – mesmo no *campus* universitário da época de Kruschev, se fosse longe o suficiente da milícia – o rock americano; de passar seu tempo com amigos no bar ou em um clube fora do âmbito dos sindicatos e fábricas; já que agora havia mais rublos nas mãos de trabalhadores e aposentados e, igualmente importante, bens de consumo nas lojas para serem comprados. Chernyshova (2013, p.81) mostra outro cenário para os mesmos anos 1970 – o consumo de bens como móveis, roupas, cosméticos e eletrodomésticos (com especial atenção para a TV em cores e o toca-discos) superou, e muito, o de bens de subsistência, como alimentos[9]. A renda do trabalhador dobrou entre 1960 e 1980. O acesso a

---

8 Desde que não fosse com a moda de grupos transgressores, como os Beatles em seus primeiros anos, o que rendia aos jovens serem tosquiados de suas cabeleiras e terem suas calcas boca de sino transformadas em calções pela milícia – a polícia regular, que cuidava dos crimes comuns, separada do KGB. Na segunda metade dos anos 1960 a repreensão do regime aos admiradores da moda ou música da maioria dos grupos inovadores do ocidente desapareceu, como também contra a manifestação religiosa. O célebre cantor Eduard Khil, o Sr. Trololó, aparecia com ternos com lapelas e golas da moda ou calças boca de sino, como as apresentadoras soviéticas compareciam com a última moda das estrelas americanas. Moda que não ficou restrita à mídia, também ocupando as ruas. O rock e a música disco se popularizaram.

9 Um dos padrões de consumo era o apego pelas novidades. Em 1980 chegaram tapetes para banheiro à loja de departamentos GUN, a maior do país. Coisa inédita então. Em meio à confusão das consumidoras, os

esse novo mundo do ‘luxo’ despertou a ira dos estratos médios soviéticos, que apoiaram as políticas desigualitaristas formuladas por Gorbachev.

Chernyshova (2013) aponta uma cultura de consumo nos anos Brejnev – quando a renda do soviético (e mesmo do russo ou ucraniano de hoje) e a oferta de produtos estiveram no auge. Para os 90% da população que não fazia parte do partido comunista, ser consumista, se pudessem, não era algo para ter vergonha. A própria propaganda oficial mudou o tom para a prosperidade, nos anos Kruschev, e para o consumo socialista nos anos Brejnev. Com o tempo até os membros do partido, em posições baixas, percebiam o consumo como algo benéfico. Aqueles que desfrutavam de altas posições consumiam como as classes favorecidas no ocidente há muito tempo, como as lojas exclusivas da *nomenklatura*, seu acesso preferencial a mercadorias importadas, que ia de carros, como Mercedes no lugar das limusines Volga e Zil nacionais, até cigarros Marlboro – que o soviético comum, com um pouco de sorte na loja de departamentos, ou dinheiro e coragem para enfrentar os preços do mercado negro, poderia obter também. Esperava-se que o consumidor soviético participasse da celebração de um consumo moderado, crescente, mas guiado pelas autoridades, diferente do consumismo ocidental, mas longe do ascetismo estalinista.

Figura 1: “Eu não quero ABBA! Quero um jeans da moda!”

Fonte: Revista Krokodil, 1974-81. CHERNYSHOVA, Natalya. *Soviet consumer culture in the Brezhnev era*. Nova York: Routledge, 2013, p.128.

tapetes se esgotaram em instantes. Era prático levar sacolas extras para o caso de pechinhas, novidades, produtos em falta que reapareciam ou aqueles que estavam se esgotando e era preciso estocar.

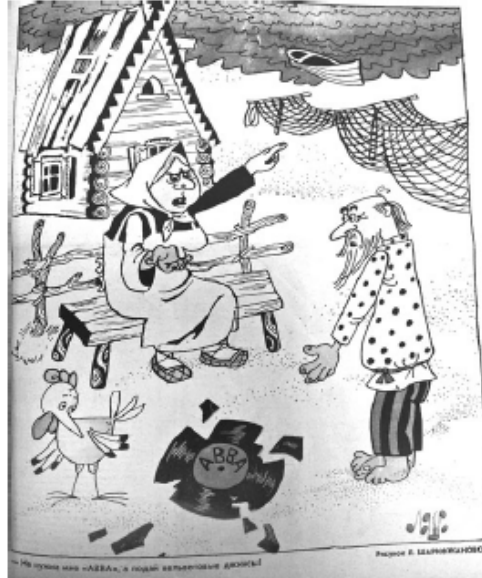
Figura 2: “Você precisa de um segundo emprego: a criança cresceu, suas necessidades aumentaram”.

Sátira ao modismo ocidental. Detalhe para o lobo, na parede do jovem, personagem do desenho soviético *Nu Pogadi*, similar a Tom & Jerry. O lobo era dissoluto e também andava na moda americana. **Fonte:** Revista Krokodil, 1974-81. CHERNYSHOVA, Natalya. *Soviet consumer culture in the Brezhnev era*. Nova York: Routledge, 2013, p.37.

Figura 3: Loja de departamentos em Minsk, Bielorrusia, em 1983.

Fonte: Revista Krokodil, 1974-81. CHERNYSHOVA, Natalya. *Soviet consumer culture in the Brezhnev era*. Nova York: Routledge, 2013, p.44.

A URSS no mercado global de investimentos e financiamento

A presença pioneira da URSS no mercado global, sem dúvida, começou com a própria Revolução de Outubro. Exportar era a única maneira de obter fundos em moeda forte, como o dólar ou a libra, e assim conseguir importar. O Tratado de Rampallo, com a Alemanha de Weimar, previa não apenas a cooperação militar, mas também econômica, com uma pauta de importações de *commodities* soviéticas e importações de tecnologia e bens industriais.

Stalin procurou os recursos necessários para a industrialização acelerada, inicialmente, com a venda de bônus aos camponeses, em 1927. A entrada de recursos foi mínima. A poupança interna teria que ser efetuada por meio da acumulação primitiva socialista – a diferença entre o valor do trabalho dos operários e da produção agrícola dos camponeses e do que o Estado lhes pagava, de fato. Ainda assim, para a importação de fábricas prontas, como as vendidas por Ford já completas, era necessária uma moeda conversível e forte. O rublo não podia cumprir esse papel. A exportação de cereais para a Europa era a fonte de obtenção de divisas.

Nos anos 1950 a pauta de exportações da URSS mudou. Passou de gêneros agrícolas para maquinário. Mudou também o destino de suas exportações: dos países ricos da Europa para as jovens nações emancipadas do colonialismo. O maquinário da URSS não era competitivo com o que se produzia na Inglaterra ou Estados Unidos. Porém tinha preços atrativos para os novos governos do Terceiro Mundo que precisavam modernizar suas nações. Além disso, a URSS oferecia empréstimos para a compra de seus produtos. Outra fonte de receita era a venda de produtos com a qualidade similar à americana: fuzis automáticos, tanques, caças. Apesar de continuar vendendo maquinário e armamento para os países pobres (este último mais do que nunca nos anos 1970 e 1980), as *commodities* voltaram a dominar os bens de exportação: energia, como petróleo e gás representavam ingressos muito maiores que os de bens industriais. Já no campo das *commodities* agrícolas o país passou de exportador para importador, nos anos 1960.

A URSS mantinha um banco na Europa Ocidental para manter os contatos econômicos com seus parceiros comerciais, o Eurobank. Com a política de amizade com os países pobres e o aumento do comércio com eles, o governo criou novos bancos: o *Moscow Narodny*, o *West Bank*,

o *East-West United*, o *Donausbank*, o *Wozchod Handelsbank*, o *Ost-West Handelsbank*, etc[10].

Para Fernandes (1991), a URSS passou a montar uma rede imperialista de atrelamento financeiro de países pobres à sua tecnologia, mercado e crédito, pois faria a venda casada de seus produtos: oferecia o crédito com a condição de ser gasto com bens soviéticos. A taxa de juros era atrativa: 1% ao ano nos tempos de Stalin; 2,5% ao ano ,dos anos 1960 ao fim da década de 1970. Entre os últimos anos de Brejnev e o governo Gorbachev a taxa foi elevada para a média internacional de 6,5%. Para outros autores, esse imperialismo, em termos leninistas de dependência econômica, era abandonado pela visão do imperialismo militar, com a ocupação do Afeganistão.

Nos anos 1960, a dívida dos países pobres não socialistas (como Argélia, Iraque, Indonésia, Egito, México, etc.) era maior que a dívida dos países socialistas com a URSS. Nos anos 1970, esse quadro inverteu-se com a entrada de novos países de orientação socialista (Angola, Moçambique, Etiópia, Somália, etc.) no conjunto dos devedores aos soviéticos. Os empréstimos soviéticos e projetos conjuntos criavam relações com empresas de países capitalistas ricos em países capitalistas ricos (como a maior petroleira belga, de capital soviético), com empresas de países capitalistas ricos em países capitalistas pobres e em países socialistas pobres. Um exemplo era o financiamento soviético para refinarias da americana Shell, em Angola, protegidas dos guerrilheiros da UNITA financiados pelos americanos, por tropas cubanas armadas pelos soviéticos.

Outro exemplo são as relações de empréstimos e empreendimentos conjuntos com empresas brasileiras durante a ditadura militar. Por mais anticomunista que fosse o governo brasileiro, ele aceitava os créditos, engenheiros e maquinário soviético para atuar no exterior. Da mesma forma, emprestou dinheiro para a Polônia[11].

---

10 "Em 1972 [...] uma das três empresas seguradoras com participação de capital soviético no Ocidente, a *Black Sea and Baltic Insurance Company Ltd.*, assumindo plenamente as suas novas atribuições, participou do programa de seguros da empresa norte-americana *Overseas Private Investment Corporation* (OPIC), segurando investimentos privados dos EUA contra o risco de expropriação em função de revoluções ou mudanças políticas em países do 'Terceiro Mundo'." (FERNANDES, 1991, p.182).

11 "Nos anos 80, desenvolveu-se, também, a associação de empresas soviéticas com grupos privados dos países capitalistas dependentes mais industrializados (como o Brasil e a Índia) para operar em outros países do Terceiro Mundo. No Brasil, a empresa pioneira neste tipo de associação com os

Após o congelamento das relações com a URSS, no governo Dutra, o Brasil voltou a construir relações comerciais com os soviéticos em 1963, no governo Goulart. Entretanto fizera empréstimos já nos anos do governo Kubistchek.

> Em 1967, foi estendido um financiamento no valor de 100 milhões de dólares, com uma taxa de juros de 4% ao ano, para a aquisição de maquinaria soviética. Na década de 70, as principais operações envolveram o financiamento de turbinas hidrelétricas, instaladas em usinas como as de Capivara, Sobradinho e Ilha Grande.
> No início dos anos 80, a União Soviética procurou diversificar as áreas dos seus financiamentos, no Brasil. Por ocasião da visita do então ministro do Planejamento brasileiro, Antonio Delfim Netto, a Moscou, a empresa COALBRA acertou com duas empresas soviéticas a montagem de uma usina para a produção de álcool e gás carbônico em Uberlândia, recebendo creditos soviéticos no valor de 6 milhões e 500 mil dólares para o projeto. Na época, a empresa soviética *Technoexport* também acertou um contrato para a prospecção de petróleo no estado de São Paulo com a empresa Paulipetro, criada pelo então governador Paulo Salim Maluf. A URSS procurou, ainda, avançar na montagem de *joint-ventures* com empresas brasileiras para operação em outros países. (FERNANDES, 1991, p.168).

Quando Kruschev iniciou o empréstimo, em grande escala, para países não socialistas, a intenção era eminentemente política e geoestratégica, estabelecendo a amizade com os soviéticos em regiões importantes para a URSS, como o Egito, com o Canal de Suez, e retirando a URSS do isolamento que os Estados Unidos planejara. Rapidamente, foi percebido, também, como fonte de lucro e de dividas fortes para Moscou. O que elucida eventos inexplicáveis, sob o ponto de vista ideológico, como os empréstimos para a Shell, para regimes anticomunistas como o brasileiro[12], ou seguradoras em países com processos revolucionários.

Considerações finais

Várias práticas da NEP ressurgiram após 1953, porém controladas por alguma agência estatal. Com o tempo, as primeiras etapas da *perestroika* promoveriam um retorno pleno da NEP, e mesmo sua superação por

---

soviéticos foi a construtora Norberto Odebrecht. A construtora se associou a empresas soviéticas para construir um túnel hidrelétrico com mais de 20 quilômetros de extensão, além de todo o sistema de eletrificação e irrigação, para um conjunto industrial em Lima, Peru. Outro projeto da construtora, em associação com empresas soviéticas, foi a construção da central hidrelétrica de Capanda, em Angola, envolvendo recursos da ordem de 600 milhões de dólares." (FERNANDES, 1991, p.177).

12 Entre 1974 e 1975 a URSS emprestou 950,5 milhões de dólares para o governo brasileiro ou empresas brasileiras. Mas as maiores beneficiadas foram empresas e agências estatais, como o DNER, a rede ferroviária estatal, empresas estatais de telecomunicação (Minas Gerais) e eletricidade (Goiás), o governo estadual e a cidade de São Paulo, a Petrobrás. (FERNANDES, 1991, p.181).

uma restauração reacionária do capitalismo e do autoritarismo do fim do czarismo. Como mostra Hobsbawm, a economia soviética, e suas práticas de mercado negro e economia cinzenta, abriram os olhos para a existência e o funcionamento delas, também, no capitalismo. Hobsbawm (2001, p.365) aponta que o sistema do socialismo real entrou em colapso ao se abrir para o exterior e não suportar a concorrência com o capitalismo. Fernandes percebe essa questão como de política econômica, não como o choque e absorção de dois sistemas, mas como as escolhas da liderança soviética – de abandonar o isolamento para buscar benefícios políticos e econômicos de uma maior presença global, que acarretou na percepção pessoal desses políticos (e setores sociais com a mesma visão) que o sistema capitalista era uma melhor opção do que o socialista – uma maior integração seria possível apenas com a mudança sistêmica.

O mundo real no qual viviam os soviéticos foi obscurecido pela propaganda política e ideológica. Rever temas como consumo, mercado e iniciativa privada reaproximam daquela realidade. Ideologias em voga pressupõem que quanto mais livre, mais isento de regras e da presença Estatal, mais próspera e eficiente será uma economia. No entanto, a URSS experimentou um processo, majoritariamente, orientado de abertura, de reconhecimento do mercado, de liberdade econômica e de iniciativa. No entanto, o que se percebeu não foi o incremento da produção e da eficiência, e sim sua desorganização.

Referências bibliográficas

AGANBEGUIAN, A. *A revolução na economia soviética*. Mira-Sintra: Europa-América, 1988.

BLACKBURN, R. (org). *Depois da queda*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BRZEZINSKI, Z. *O grande fracasso*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

BROWN, A. *The Rise and fall of communism*. Londres: Harper Collins, 2010.

CHERNYSHOVA, N. *Soviet consumer culture in the Brezhnev era*. Nova York: Routledge, 2013.

CLAUDÍN, F. *A oposição no socialismo real*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

FERNANDES, L. *O enigma do socialismo real*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

______. *URSS*: Ascensão e queda. São Paulo: Anita Garibaldi, 1991.

FERREIRA, O. *Perestroika*: da esperança à nova pobreza. São Paulo: Inconfidentes, 1990.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ILIC, M.; SMITH, J. *Khrushchev in the Kremlin*. Nova York: Routledge, 2011.

KAGARLITSKY, B. *A desintegração do monólito*. São Paulo: UNESP, 1993.

LEWIN, M. *O século soviético*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

NOVE, A. *A economia do socialismo possível*. São Paulo: Ática, 1989.

POCH-DE-FELIU, R. *La gran transición*. Barcelona: Crítica, 2003.

POMERANZ, L. (org). *Perestroika*. São Paulo: USP, 1990.

SEGRILLO, A. *O declínio da URSS*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TODD, E. *A queda final*: a decomposição da esfera soviética. Rio de Janeiro: Record, 1977.

VOLKOGONOV, D. *Os sete chefes do Império Soviético*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.